

Mapa da Violência Institucional Carcerária no RS

ELEN SILVA DA SILVA¹; BRUNO ROTTA ALMEIDA²

¹Universidade Federal de Pelotas – elen.savlis@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – bruno.rotta@ufpel.edu.br

1. DESCRIÇÃO DA INOVAÇÃO

O Projeto de Extensão Clínica Jurídico-Penitenciária, integrante do Programa Libertas (Programa Punição, Controle Social e Direitos Humanos), desenvolve ações voltadas à temática do sistema prisional e dos direitos humanos. Dentre elas, destaca-se o Sistema de Informação, Observação e Atenção à Violência Institucional Carcerária (SINAL), ferramenta digital destinada ao registro, sistematização e visualização de informações sobre situações de violência institucional no cárcere.

O site do SINAL disponibiliza um mapa interativo que permite identificar a distribuição espacial das ocorrências de violência institucional registradas no Estado do Rio Grande do Sul, organizadas por estabelecimento prisional. Além da localização geográfica, o mapa apresenta dados complementares, como uma breve descrição da violência sofrida, idade e gênero das vítimas. As informações exibidas são, em sua maioria, fornecidas por familiares de pessoas privadas de liberdade e posteriormente verificadas pela equipe responsável.

Para a construção da plataforma, utiliza-se a biblioteca Leaflet, responsável pela renderização e pelo controle dos elementos de interação, em conjunto com o OpenStreetMap, empregado como base cartográfica. O objetivo principal da ferramenta é dar visibilidade aos registros de violência institucional carcerária no Rio Grande do Sul para a comunidade externa, com foco especial em familiares de pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional.

O desenvolvimento e a aplicação dessa tecnologia fundamentam-se nas premissas da Geografia Crítica e da Geografia Jurídica Crítica, as quais investigam a relação intrínseca entre normatividade e espacialidade (Konzen, 2021). Para tanto, recorre-se também à concepção de espaço formulada por Milton Santos (2006), compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, bem como à perspectiva da Geografia Penal, que reconhece como as decisões político-culturais moldam as estatísticas carcerárias e as dinâmicas de punição (Christie, 1999).

2. ANÁLISE DE MERCADO

O público-alvo do mapa interativo e do site do SINAL é composto por familiares de pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional e pesquisadores da área. Contudo, a ferramenta não se restringe a esses grupos, pois constitui também um instrumento de extensão universitária voltado à comunicação acessível com a comunidade externa em geral.

No que tange ao primeiro grupo (familiares e egressos), a plataforma propõe-se a ser uma inovação que auxilia na informação e na visibilização de relatos e violações presenciadas, conferindo voz a um setor historicamente vulnerabilizado. Essa escuta ativa e o protagonismo dos familiares encontram

respaldo em produções e relatórios vinculados ao projeto, como as análises sobre o Plano Pena Justa construídas a partir da perspectiva de familiares (FRENTE; Libertas, 2025).

Para pesquisadores, o sistema configura-se como um importante canal de compartilhamento de dados e informações capazes de embasar novos estudos na área, servindo como base empírica para diagnósticos aprofundados sobre a temática, a exemplo dos mapeamentos da violência institucional no estado (FRENTE; Libertas, 2024). Já em relação à comunidade externa, a visibilidade desses dados é fundamental para qualificar e fomentar o debate público.

Considerando que o Brasil abriga atualmente a terceira maior população carcerária do mundo, com cerca de 964 mil pessoas, e com um contingente que cresce continuamente, compreende-se que, além de impactar diretamente os apenados e seus familiares, a iniciativa possui potencial para alcançar maior repercussão com a expansão do debate público sobre segurança pública e direitos humanos (Sisdepen, 2025).

3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO

O Programa Libertas conta com parcerias estratégicas fundamentais: a FRENTE (coletivo do Rio Grande do Sul composto por familiares, amigos de pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional, agentes penitenciários e representantes da sociedade civil) e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, atuando conjuntamente na defesa dos direitos humanos da população privada de carcerária.

A estratégia inicial prevê que os primeiros registros contem com o apoio da FRENTE para a divulgação e circulação da plataforma em redes internas de contato. Essa articulação visa fomentar tanto a postura passiva (acesso e consulta à plataforma) quanto a ativa (submissão de relatos de violência institucional sofrida ou testemunhada).

Atualmente, o SINAL categoriza-se como um sistema computacional em fase de implementação. Encontram-se em andamento a produção de materiais de divulgação para as redes sociais e a organização de reuniões destinadas a apresentar a inovação ao público externo. Sob a ótica do grau de maturidade tecnológica, a plataforma encontra-se no nível TRL 8 (sistema completo e qualificado por meio de testes), restando apenas a consolidação da apresentação ao público-alvo final.

O principal desafio atual reside na ampla divulgação da ferramenta, cujo funcionamento depende do abastecimento externo de dados para se efetivar. Para contornar esse obstáculo, estratégias de comunicação vêm sendo estruturadas e implementadas, com ênfase nas redes sociais e no diálogo direto com a rede de familiares.

Ademais, o projeto reconhece que o principal risco associado à iniciativa reside na exposição de conteúdos sensíveis referentes a violações de direitos humanos, o que exige um tratamento ético e rigoroso. Como forma de mitigar esse risco, todos os membros da equipe passaram por capacitações específicas na área de direitos humanos.

4. RESULTADOS ESPERADOS E IMPACTO

Embora a ferramenta ainda esteja em vias de lançamento para o público externo, projeta-se que o mapa interativo cumpra o papel de cartografar a violência institucional carcerária no Rio Grande do Sul, viabilizando a análise da relação sócio-espacial desse fenômeno.

Além disso, como desdobramento da ação extensionista, espera-se que a plataforma qualifique o debate público acerca da política de aprisionamento em massa no país. Nesse sentido, busca-se ir além da mera tabulação de registros, conferindo visibilidade territorial às vozes e às vivências de pessoas privadas de liberdade e de seus familiares no estado.

5. CONCLUSÕES

A violência institucional carcerária é uma realidade na vida de pessoas privadas de liberdade e seus familiares, frequentemente invisibilizada por uma sociedade marcada por um viés punitivista que recorrentemente se utiliza de chavões como “bandido bom é bandido morto”. Nesse contexto social, a utilização de uma plataforma capaz de visualizar a distribuição espacial dessas violências, identificando-as e caracterizando-as a partir do testemunho direto de um grupo tão vulnerabilizado, constitui um instrumento fundamental de resistência e transparência.

Ao tensionar a narrativa hegemônica e dar visibilidade territorial a essas violações, o mapa interativo do SINAL cumpre o duplo papel da inovação tecnológica aplicada a extensão universitária: fornecer subsídios para a qualificação do debate público sobre o sistema prisional e aproximar a produção acadêmica das urgências da realidade social, incidindo na busca por direitos humanos e justiça no contexto prisional do Rio Grande do Sul.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Christie, Nils. Elementos para uma Geografia Penal. Revista de Sociologia e Política nº 13: 51-57 Nov. 1999.

FRENTE DOS COLETIVOS CARCERÁRIOS; PROGRAMA LIBERTAS. A violência institucional no sistema prisional do Rio Grande do Sul. Pelotas: Programa Libertas, 2024. Disponível em: https://irshiealgkwmrptedcxm.supabase.co/storage/v1/object/public/publicacoes/1779092199990-a_violencia_institucional_no_sistema_prisional_do_rio_grande_do_sul.pdf. Acesso em: 18 set. 2026.

FRENTE DOS COLETIVOS CARCERÁRIOS; PROGRAMA LIBERTAS. Plano Pena Justa analisado por familiares de pessoas privadas de liberdade. Pelotas: Programa Libertas, 2025. Disponível em: https://irshiealgkwmrptedcxm.supabase.co/storage/v1/object/public/publicacoes/1780350559197-plano_pena_justa_analisado_por_familiares_de_pessoas_privadas_de_liberdade.pdf. Acesso em: 18 set. 2026.

Konzen, Lucas P. O que é geografia jurídica crítica? Origens, trajetórias e Possibilidades. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 2, 2021, p. 1342-1367.



Santos, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SISDEPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Relatórios de Informações Penitenciárias. Brasília: SENAPPEN, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>. Acesso em: 15 set. 2026.